



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1133/2023 – GMS Nº 6350/2023

CONTRATO EMERGENCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO, COCÇÃO E FORNECIMENTO TRANSPORTADO DE REFEIÇÕES PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES: CADEIA PÚBLICA DE UMUARAMA, CADEIA PÚBLICA DE CIANORTE, CADEIA PÚBLICA DE CAMPO MOURÃO E PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CRUZEIRO DO OESTE, QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E A EMPRESA TELMA BUSSMANN VILAS BOAS - SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO LTDA.

PROCOLO nº: 21.208.557-0

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, inscrito no CNPJ sob n.º 76.416.932/0001-81, com sede na Rua Cel. Dulcídio, nº 800, bairro Batel, CEP 80.420-170, Curitiba/PR, neste ato representada pelo senhor **Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse**, inscrito no CPF nº 752.181.279-49, portador da carteira de identidade nº 4.562.144-8, nomeado pelo Decreto nº 0033, de 03 de janeiro de 2023.

CONTRATADO(A): TELMA BUSSMANN VILAS BOAS - SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO LTDA, registrada sob o CNPJ nº: 30.190.520/0005-07, com sede na Av. Rio Branco, nº 4156 - Bairro Zona I – Umuarama/PR - CEP: 87.501-130, neste ato representado por **Sra. Telma Bussmann Vilas Boas**, RG nº 001.145.385-6 e CPF nº 844.002.939-04, residente e domiciliada na Av. Rio Branco, nº 4170 - Bairro Zona I – Umuarama/PR - CEP: 87.501-130.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1 O presente contrato tem por objeto, pela parte do **CONTRATANTE**, a **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO, COCÇÃO E FORNECIMENTO TRANSPORTADO DE REFEIÇÕES PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES: CADEIA PÚBLICA DE CIANORTE, CADEIA PÚBLICA DE CAMPO MOURÃO E PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CRUZEIRO DO OESTE**, fornecido pela **CONTRATADA** de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas e servidas ininterruptamente, inclusive em feriados, conforme Termo de Referência e proposta comercial da empresa.

CADEIA PÚBLICA UMUARAMA				
TIPO DE REFEIÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR DIÁRIO	VALOR TOTAL P/365 DIAS
Desjejum	305	1,50	457,50	166.987,50
Almoço	305	6,00	1.830,00	667.950,00
Jantar	305	5,50	1.677,50	612.287,50
Lanche noturno	8	1,00	8,00	2.920,00



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1133/2023 – GMS Nº 6350/2023

Total	14,00	3.973,00	1.450.145,00
--------------	--------------	-----------------	---------------------

CADEIA PÚBLICA CIANORTE				
TIPO DE REFEIÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR DIÁRIO	VALOR TOTAL P/365 DIAS
Desjejum	322	1,50	483,00	176.295,00
Almoço	322	6,00	1.932,00	705.180,00
Jantar	322	5,50	1.771,00	646.415,00
Lanche noturno	8	1,00	8,00	2.920,00
Total	14,00	4.194,00	4.194,00	1.530.810,00

CADEIA PÚBLICA CAMPO MOURÃO				
TIPO DE REFEIÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR DIÁRIO	VALOR TOTAL P/365 DIAS
Desjejum	600	1,50	900,00	328.500,00
Almoço	600	6,00	3.600,00	1.314.000,00
Jantar	600	5,50	3.300,00	1.204.500,00
Lanche noturno	30	1,00	30,00	10.950,00
Total	14,00	7.830,00	7.830,00	2.857.950,00

PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CRUZEIRO DO OESTE - PECO				
TIPO DE REFEIÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR DIÁRIO	VALOR TOTAL P/365 DIAS
Desjejum	1.400	1,50	2.100,00	766.500,00
Almoço	1.400	6,00	8.400,00	3.066.000,00
Jantar	1.400	5,50	7.700,00	2.810.500,00
Lanche noturno	60	1,00	60,00	21.900,00
Total	14,00	18.260,00	18.260,00	6.664.900,00

VALOR TOTAL GLOBAL PARA 365 DIAS R\$ R\$ 12.503.805,00

1.1 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2 O Termo de Referência e o Termo de Dispensa de Licitação que deu origem à contratação;

1.3 A Proposta do Contratado;

1.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO

2.1 Este contrato decorre através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 45.637/2023**, conforme art. 75, inciso VIII da Lei 14.133/2021 e art. 160 do Decreto Estadual 10.086/2022, objeto do processo administrativo 21.208.557-0, com autorização publicada no Diário Oficial do Estado nº 11552, de 30/11/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO

3.1 O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1133/2023 – GMS Nº 6350/2023

3.2 O valor diário do contrato é de **R\$ 34.257,00 (trinta e quatro mil e duzentos e cinquenta e sete reais);**

3.3 O valor total do contrato é de **R\$ 12.503.805,00 (doze milhões e quinhentos e três mil e oitocentos e cinco reais);**

3.4 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) ou ainda o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo aplicado o que se mostrar mais vantajoso e menos oneroso à Administração na época do reajuste, tendo em vista que tais índices apresentam variações em determinados períodos, sendo assim, e a depender do período do reajuste deverá ser aplicado um ou outro o que apresentar a menor variação em relação aos outros índices praticados no mercado.

4.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

4.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o Art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e Art. 170 do Decreto estadual nº 10.086/2022.

4.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

CLÁUSULA QUINTA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao (à) servidor (a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao (à) servidor (a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por Portaria da **CONTRATANTE**.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA SEXTA – EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS

6.1 O serviço terá início na **Cadeia Pública de Campo Mourão** em **01/12/2023**.

6.2 O serviço terá início na **Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste** em **31/12/2023**.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1133/2023 – GMS Nº 6350/2023

6.2.1 O serviço terá início na **Cadeia Pública de Cianorte e Cadeia Pública de Umuarama em 28/02/2024.**

6.2.2 Os serviços serão prestados na **Cadeia Pública de Umuarama, Cadeia Pública de Cianorte, Cadeia Pública de Campo Mourão e Penitenciária de Cruzeiro do Oeste - PECO**, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.3 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações no Termo de Referência e na proposta.

6.3.1 Quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, os serviços poderão ser corrigidos ou refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, às custas do Contratado, e no caso de não serem atendidas as determinações deverão ser rejeitados.

6.3.2 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

6.4 Nos termos do art. 359, inciso II do Decreto n.º 10.086, de 2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.5 Os serviços serão recebidos definitivamente Cadeia Pública de Campo Mourão em 01/12/2023.

6.5.1 Os serviços serão recebidos definitivamente na Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste em 31/12/2023.

6.5.2 Os serviços serão recebidos definitivamente na Cadeia Pública de Cianorte e Cadeia Pública de Umuarama em 28/02/2024.

6.5.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – FONTE DE RECURSOS

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: Gestão do Sistema Penitenciário;

Fonte de Recursos: 100, 101, 113, 147, 148 e/ou 164;

Programa de Trabalho: Dotação Orçamentária: 3917.06.421.13.6383

Elemento de Despesa: 3390.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

Nota de Empenho: 23050867 e 23050868.

CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA

8.1 contrato terá vigência de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados de **01/12/2023 a 29/11/2024**.

8.2 O Contratado concorda com a extinção antecipada do contrato na hipótese de **homologação de novo procedimento licitatório nº 19.954.642-2**, devendo a contratada ser notificada da rescisão com 30 (trinta) dias de antecedência e da consequente



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1133/2023 – GMS Nº 6350/2023

possibilidade de assinatura de novo instrumento contratual, sem direito ao pagamento de indenização.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 As partes obrigam-se a adotar todas as providências para a fiel execução deste contrato.

9.2 O Contratado obriga-se especialmente a:

9.2.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios inerentes à execução do objeto do contrato;

9.2.1.1 Além daqueles inerentes ao serviço, o Contratado deverá, quando exigido, disponibilizar os materiais, equipamentos e peças, conforme especificado no Termo de Referência.

9.2.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.2.5 Relacionar os trabalhadores que executarão os serviços na sede do Contratante, além de provê-los conforme as exigências de segurança do trabalho, se for o caso;

9.2.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante;

9.2.7 Instruir os trabalhadores que eventualmente executarem os serviços na sede do Contratante quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.2.8 Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.2.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.10 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.11 Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

9.2.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

9.2.13 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Termo de



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1133/2023 – GMS Nº 6350/2023

Referência, nos termos do VII artigo 392 do Decreto Estadual nº 10.086/22; art. 6º XVII, da Lei 14.133/21;

9.2.14 Quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

9.2.14 Quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

9.2.15 Garantir ao Contratante:

a) o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

b) os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do Contratante.

9.3 O Contratante obriga-se a:

9.3.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

9.3.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.3.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.3.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

9.3.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

9.3.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao serviço prestado, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato;

9.3.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

9.3.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORMA DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1133/2023 – GMS Nº 6350/2023

negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

10.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

10.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

10.3 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

10.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10.5 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10.6 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11 A Contratada prestará garantia de execução, na modalidade a ser por ela definida na forma prevista no art. 96, § 1º e art 98 da lei 14.133/21 inciso I art. 427 da lei Estadual nº 10.086/22, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato a ser assinado.

11.1 O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

11.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

11.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

11.2.2 seguro-garantia;



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1133/2023 – GMS Nº 6350/2023

11.2.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.3 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do Contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária, em favor do contratante.

11.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

11.5 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.6 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

11.7 No caso de seguro-garantia, o adjudicatário terá 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1133/2023 – GMS Nº 6350/2023

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS DE EXTINÇÃO

13.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

13.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

13.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1133/2023 – GMS Nº 6350/2023

14.4 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

15.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

15.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

15.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

15.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

15.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

15.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

15.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

15.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

15.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

15.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1133/2023 – GMS Nº 6350/2023

armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

15.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

15.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

15.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

15.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

15.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

15.20 O descumprimento da LGPD ou demais cláusulas do presente Termo Aditivo, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação pertinente, incluindo a rescisão do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

16.1 A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus empregados, prepostos e/ou representantes faça uso das **INFORMAÇÕES** obtidas em cumprimento do **CONTRATO**.

16.1 A **CONTRATADA** responsabiliza-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às **INFORMAÇÕES** por seu intermédio, obrigando-se a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo ou confidencialidade de todas as informações fornecidas.

16.2 A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus empregados, prepostos e/ou representantes da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** referidas na Cláusula Primeira, parágrafo primeiro.

16.3 A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados, prepostos e/ou representantes ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

17.1 A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor, incluindo a **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as **PARTES**.

17.2 A **CONTRATADA** estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Estado do Paraná, inclusive os de



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1133/2023 – GMS Nº 6350/2023**

ordem moral, sem prejuízo da apuração de responsabilidade no âmbito civil, criminal e administrativo após regular processo administrativo ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

18.1 A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo terá validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por meios lícitos, ou mediante autorização escrita concedida pela CONTRATANTE, observados o interesse público, a boa-fé e a finalidade que justificaram a sua disponibilização.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS INFORMAÇÕES NÃO SIGILOSAS

19.1 As INFORMAÇÕES que se qualifiquem como dados pessoais não sigilosos, quando não digam respeito às atividades de segurança pública, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais, serão objeto de cláusulas próprias, de acordo com o disposto na Lei n. 13.079/2018 (LGPD) e no Decreto n. 6.474 de 2020.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o Termo de Referência e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a contratação.

20.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

20.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

20.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, de de 2023.

**Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Resolução nº 413/2023 - SESP**

TELMA BUSSMANN VILAS BOAS:84400293904
Assinado de forma digital por TELMA BUSSMANN VILAS BOAS:84400293904
Dados: 2023.11.29 17:03:25 -03'00'

**TELMA BUSSMANN VILAS BOAS
TELMA BUSSMANN VILAS BOAS - SERVICO DE ALIMENTACAO LTDA**

TESTEMUNHA 1:

VINICIUS ARENAS COSSI:04431567941
Assinado de forma digital por VINICIUS ARENAS COSSI:04431567941
Dados: 2023.11.29 17:04:07 -03'00'

TESTEMUNHA 2:

FRANCIELE BUSSMANN VILAS BOAS:00710271905
Assinado de forma digital por FRANCIELE BUSSMANN VILAS BOAS:00710271905
Dados: 2023.11.29 17:04:29 -03'00'



ePROCOLO



Documento: **ContratoEmergencial11332023TELMABUSSMANNVILASBOASSERVICODEALIMENTACAOLTDA1211.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Adilson Luiz Lucas Prusse** em 30/11/2023 13:11.

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Telma Bussmann Vilas Boas** em 29/11/2023 17:03, **Franciele Bussmann Vilas Boas** em 29/11/2023 17:04, **Vinicius Arenas Cossi** em 29/11/2023 17:04.

Inserido ao protocolo **21.208.557-0** por: **Luciana Cubeske** em: 29/11/2023 17:22.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
eb32e4cefd678e387d3f33ef062a1dc7.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANÁ
DIVISÃO DE CONTRATOS

Protocolo: 21.208.557-0
Assunto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES TRANSPORTADAS PARA CADEIA PÚBLICA DE UMUARAMA, CADEIA PÚBLICA DE CIANORTE, CADEIA PÚBLICA DE CAMPO MOURÃO, PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CRUZEIRO DO OESTE - PECO.
Interessado: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANÁ
Data: 29/11/2023 17:24

DESPACHO

I- Segue o contrato assinado pela empresa, bem como, as certidões atualizadas.

Atenciosamente

Luciana Cubeske
Divisão de Contratos DEPPEN

Setor de Contrato e Convênios

DESPACHO

Assunto: Assinatura em Termo Contratual

1. Considerando a Resolução nº 413/2023 – SESP, a qual altera dispositivos da Resolução nº 390, de 20 de junho de 2023 – SESP que delega competências ao Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná;
2. Considerando que o objeto em tela encontra-se devidamente autorizado/homologado;
3. **Encaminhe-se à Diretoria Geral/SESP**, para colhida de assinatura no Termo Contratual da autoridade competente, conforme preconiza a legislação vigente;
4. Após, restitua-se para demais gestões que o caso requer.

Setor de Contratos e Convênios - SC/SESP



ePROCOLO



Documento: **DespachoparaDGsolicitacaodeassinaturadecontrato.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Lucas Eduardo Gusinski (XXX.514.709-XX)** em 29/11/2023 17:30 Local: SESP/GAS/SC.

Inserido ao protocolo **21.208.557-0** por: **Lucas Eduardo Gusinski** em: 29/11/2023 17:30.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

b9dba1ecc2ba4ed6a0d2867c1787d62d.

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA GERAL**

Protocolo: 21.208.557-0
Assunto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES TRANSPORTADAS PARA CADEIA PÚBLICA DE UMUARAMA, CADEIA PÚBLICA DE CIANORTE, CADEIA PÚBLICA DE CAMPO MOURÃO, PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CRUZEIRO DO OESTE - PECO.
Interessado: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANÁ
Data: 30/11/2023 12:23

DESPACHO

- I. Suprido a assinatura solicitada no Despacho de fls.526;
- II. Restitua-se ao Setor de Contratos/SESP para apreciação.

Gabriel Silva Carneiro,
Assessor do Diretor-Geral/SESP.



ePROCOLO



Documento: **DESPACHO_14.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gabriel Silva Carneiro (XXX.384.929-XX)** em 30/11/2023 13:47 Local: SESP/DG.

Inserido ao protocolo **21.208.557-0** por: **Lucinete Santana dos Santos** em: 30/11/2023 12:23.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
cbf2a6393d3aa2647a207269f2a13094.

Secretaria da Segurança Pública

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO

TELMA BUSSMANN VILAS BOAS - SERVICIO DE ALIMENTACAO LTDA.

Protocolo n.º 21.208.557-0.

Vigência: 01/12/2023 até 29/11/2024.

Valor total: R\$ 12.503.805,00 (doze milhões e quinhentos e três mil e oitocentos e cinco reais);

O presente contrato tem por objeto, a contratação emergencial de prestação de serviços de nutrição, cocção e fornecimento transportado de refeições para atender a demanda das unidades: Cadeia Pública de Umuarama, Cadeia Pública de Cianorte, Cadeia Pública de Campo Mourão e Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste, oriundo da Dispensa de Licitação n.º 45.637/2023.

Assinado em 30/11/2023.

ELEVADORES CONISTEL LTDA.

Protocolo n.º 21.287.483-3.

Vigência: 08/12/2023 até 07/12/2024.

Valor total: 440,80 (quatrocentos e quarenta reais e oitenta centavos).

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato n.º 1033/2021 – GMS n.º 5535/2021, referente a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas, para atender a demanda da Unidade da Polícia Científica de Curitiba (sede Tarumã).

Assinado em 30/11/2023.

GUILHERME SCUIRA - ME.

Protocolo n.º 21.312.663-6.

Vigência: 20/12/2023 até 19/12/2024.

Valor total: R\$ 3.785,73 (três mil setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos).

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato n.º 1193/2019 – GMS n.º 3225/2019, referente a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de câmaras frias mortuárias das seções do Instituto Médico Legal – IML do Paraná.

Assinado em 30/11/2023.

JMM CONFECÇÕES LTDA.

Protocolo n.º 20.768.034-6.

Vigência: 30/11/2023 até 29/11/2024.

Valor total: R\$ 22.431,44 (vinte e dois mil quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos).

O presente contrato tem por objeto, a aquisição de camisetas para a Operação Verão 2023/2024 para atender a demanda do Departamento da Polícia Civil, oriundo do Pregão Eletrônico n.º 263/2023.

Assinado em 30/11/2023.

GGL INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE AÇO LTDA.

Protocolo n.º 21.138.647-9.

Vigência: 30/11/2023 até 29/11/2024.

Valor total: R\$ 260.625,00 (duzentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais).

O presente contrato tem por objeto, a aquisição de mobiliários, para atender a demanda do Departamento de Polícia Civil - DPC, oriundo do Pregão Eletrônico n.º 1415/2022.

Assinado em 30/11/2023.

RISOTOLÂNDIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Protocolo n.º 21.167.550-0.

Vigência: 31/12/2023 até 29/12/2024.

Valor total: R\$ 10.688,40 (dez mil seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato n.º 895/2020 - GMS n.º 3172/2020, referente a prestação de serviços continuados de nutrição, cocção e fornecimento de refeições transportadas para atender a demanda das Carceragens e Delegacias da Polícia Civil de gestão plena do DEPPEN e as compartilhadas entre a Polícia Civil e o DEPPEN para as unidades da região metropolitana de Curitiba.

Assinado em 30/11/2023.

ACKL COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI.

Protocolo n.º 21.237.240-4.

Valor total: R\$ 92.966,38 (noventa e dois mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta e oito centavos).

Este termo aditivo tem por objeto o acréscimo do valor do Contrato n.º 0124/2023 em 25%, referente a aquisição de gêneros alimentícios, para atender a demanda do Corpo de Bombeiros na cidade de União da Vitória/PR.

Assinado em 30/11/2023.

CASSAROTTI FOODS - SERVIÇOS DE REFEIÇÕES COLETIVAS E EVENTOS LTDA.

Protocolo n.º 21.206.538-2.

Vigência: 28/02/2024 até 26/02/2025.

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação excepcional do contrato n.º 040/2019 – GMS n.º 337/2019, referente a prestação de serviços continuados de nutrição, cocção e fornecimento de refeições transportadas para atender a demanda dos Presídios, Cadeias, Carceragens e Delegacias da Polícia Civil de gestão plena do DEPPEN e as compartilhadas entre a Polícia Civil e o DEPPEN para as unidades: DP - Delegacia Policial de Cambará, 12ª SDP - Subdivisão Policial de Jacarezinho e 38ª SDP - Subdivisão Policial de Santo Antônio da Platina.

Assinado em 30/11/2023.

MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

Protocolo n.º 20.871.902-5.

Vigência: 30/11/2023 até 29/11/2026.

Valor total: R\$ 127.269,00 (cento e vinte e sete mil e duzentos e sessenta e nove reais).

O presente contrato tem por objeto, a contratação de licenças de softwares por assinatura e de uso perpétuo para atender a demanda do 3º Comando Regional da Polícia Militar - 3º CRPM, oriundo do Pregão Eletrônico n.º 1355/2022 - SRP.

Assinado em 30/11/2023.

ALTA COMERCIAL LTDA.

Protocolo n.º 21.275.716-0.

Vigência: contados da assinatura até fim da Ata em 24/09/2024;

Valor total: R\$ 55.457,78 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e setenta e oito centavos).

O presente contrato tem por objeto a aquisição de hortifrutigranjeiros, para atender as necessidades do Regimento de Polícia Montada "Coronel Dulcídio", oriundo do Pregão Eletrônico n.º 0001/2023.

Assinado em 30/11/2023.

TELMA BUSSMANN VILAS BOAS - SERVICIO DE ALIMENTACAO LTDA.

Protocolo n.º 21.208.627-4.

Vigência: 01/12/2023 a 29/11/2024.

Valor total: R\$ 2.082.325,00 (dois milhões e oitenta e dois mil e trezentos e vinte e cinco reais)

O presente contrato tem por objeto, a contratação emergencial de prestação de serviços de nutrição, cocção e fornecimento transportado de refeições para atender a demanda da unidade: Cadeia Pública de Paranavai, oriundo de Dispensa de licitação n.º 45.222/2023.

Assinado em 30/11/2023.

PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS – EIRELI.

Protocolo n.º 21.350.175-5.

Vigência: 01/12/2023 até 30/11/2024.

Valor total: R\$ 3.946,48 (três mil, novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato n.º 1082/2022 - GMS n.º 5244/2022, referente a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação e outros para atender as necessidades das Unidades do 6º Comando Regional de Polícia Militar no Município da Lapa.

Assinado em 30/11/2023.

PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS – EIRELI.

Protocolo n.º 21.357.566-0.

Vigência: 01/12/2023 até 30/11/2024.

Valor total: 22.783,58 (vinte e dois mil setecentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato n.º 1010/2022 – GMS n.º 4834/2022, referente a prestação de serviços limpeza, asseio, conservação e outros para atender as necessidades do 6º Comando Regional de Polícia Militar – 6º CRPM.

Assinado em 30/11/2023.

133152/2023

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROTOCOLO : 21.216.813-0

ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO-REGISTRO DE PREÇO Nº 1713/2022

INTERESSADA: SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
DESPACHO

Considerando o contido no presente protocolo AUTORIZO a realização da despesa pretendida:

I - nome, CNPJ ou CPF do credor:

SEBOLD INDÚSTRIA DE COSMETICOS LTDA

CNPJ: 39.655.478/0001-95

II - objeto resumido da despesa:

Aquisição de aquisição de 30 (trinta) sachês de sabonete líquido cremoso, TIPO: Refil para saboneteira dosadora, Opaco, (perolado) Medida, 6,0 e 8,0. COMPOSIÇÃO à base de laurel éter sulfato de sódio, cocamidopropil betaina, fragrância e demais substâncias permitidas. FRAGRÂNCIA: Erva doce, lavanda ou floral.

III - valor total do objeto:

R\$ 387,00 (trezentos e oitenta e sete reais)

Setor de Contrato e Convênios

DESPACHO

Assunto: Contrato assinado e publicado.

1. Considerando que o Contrato/Aditivo/Convênio foi firmado e devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, conforme o extrato em anexo, encaminho o presente para as gestões necessárias;

2. Deverá ser encaminhado o Termo Contratual à Empresa;

3. Ressalta-se a necessidade de cumprimento, por parte da Unidade, do previsto no art. 6 da Resolução nº 270 -SESP, de 11 de dezembro de 2018, bem como, que este seja anexado ao protocolo cabeça referente à contratação;

4. Por conseguinte, o gestor e fiscal deverão zelar pela fiel execução contratual, à luz das atribuições previstas a esses agentes públicos na legislação vigente, principalmente os Arts. 10, 11 e 12 do Decreto 10.086/2022, se atentando para o preenchimento periódico de informações contratuais, inserção de Termo de Apostilamento e/ou Termo Aditivo, se houver, no Sistema GMS;

5. Outrossim, informamos que para efetivação na íntegra do Art. 184 do Decreto nº 10.086/2022, é necessário a gestão do contrato no sistema GMS, devendo o status do contrato permanecer como: **“registrado e publicado”**, possibilitando a publicação de maneira automática no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no prazo abaixo estabelecido:

“Art. 184. Os contratos e seus aditamentos serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgão ou entidade licitante, e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.”

Setor de Contratos e Convênios - SC/SESP



ePROTOCOLO



Documento: **DespachoparaORIGEMContratospublicadosemDIOE.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Lara Abreu Bruginski (XXX.311.909-XX)** em 04/12/2023 08:36 Local: SESP/SC/PUB, **Maria Fernanda Bauer Divino (XXX.438.299-XX)** em 04/12/2023 08:42 Local: SESP/GAS/SC.

Inserido ao protocolo **21.208.557-0** por: **Lara Abreu Bruginski** em: 04/12/2023 08:36.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
423e73499a98c8248bea3a99679c28.

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
ASSESSORIA PENITENCIARIA**

Protocolo: 21.208.557-0
Assunto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES TRANSPORTADAS PARA CADEIA PÚBLICA DE UMUARAMA, CADEIA PÚBLICA DE CIANORTE, CADEIA PÚBLICA DE CAMPO MOURÃO, PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CRUZEIRO DO OESTE - PECO.
Interessado: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANÁ
Data: 04/12/2023 09:08

DESPACHO

I. Trata-se o presente Memorando no 0396/2023 da Divisão de Contratos do Departamento de Polícia Penal solicitando a contratação emergencial de empresa para a prestação de serviço de nutrição, cocção e fornecimento transportado de refeições destinadas aos apenados e servidores da Cadeia Pública de Umuarama, Cadeia Pública de Cianorte, Cadeia Pública de Campo Mourão e Penitenciária de Cruzeiro do Oeste - PECO.

II. Restitua-se à DCONT/DEPPEN para conhecimento e demais deliberações.

Atenciosamente,

Tayrone Claudio da Silva,
Assessoria Penitenciária SESP.



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_15.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Tayrone Claudio da Silva (XXX.529.429-XX)** em 04/12/2023 09:25 Local: SESP/APE.

Inserido ao protocolo **21.208.557-0** por: **Lucas Oliveira Sobezak** em: 04/12/2023 09:08.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
280ab11c0c4d7682526bc933c005c729.